

Ata N.º	09/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
ATA N.º 09/2015 DE 15 DE MAIO

----- Aos **quinze** dias do mês de **maio** do ano de **dois mil e quinze**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a nona reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, não pública, sob a presidência Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, estando presente toda a Vereação, Dr.ª Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Eng.º João Reis Paulo, Vereador em Regime de meio tempo, Sr. Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereador em regime de não permanência e a Sr.ª Dr.ª Liliana Ferreira Soares, em substituição do Sr. Carlos Dias Mota, vereador em regime de não permanência, a pedido deste, por não poder estar presente, ao abrigo do art.º 78.º conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 12 de Setembro, conforme comunicação escrita registada em 14 de maio de 2015, de que o Executivo tomou conhecimento. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica, Sr.ª Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”** -----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia foram abordados os seguintes assuntos: -----

----- **a) Feriado nacional de 1 de maio, coincidente com data da reunião ordinária da Câmara Municipal.** -----

----- O Sr. Presidente referiu o facto de não se ter realizado a reunião ordinária da Câmara Municipal do passado dia 1 de maio, pelo facto de ter coincido com o feriado nacional do “Dia do Trabalhador”. -----

----- **b) Recomendação à Câmara Municipal aprovada pela Assembleia Municipal relativa ao designado “IMI Familiar”.** -----

----- O Sr. Presidente deu conhecimento ao Executivo de que a Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária realizada no dia 30 de abril de 2015, aprovou uma Recomendação no sentido da Câmara Municipal, na proposta a submeter àquele órgão deliberativo para a fixação da taxa do imposto municipal sobre imóveis (IMI) sobre os prédios urbanos para vigorar no ano de 2016, contemple a redução da taxa do IMI em

função do número de dependentes, pelas taxas máximas de redução previstas no n.º 13 do art.º 112.º do Código do IMI, na redação atual. -----

----- **c) Arquivamento do Processo de Inquérito n.º 138/12.1GASAT decorrente da participação efetuada contra o Município pelo Núcleo de Proteção Ambiental da GNR de Moimenta da Beira.** -----

----- O Sr. Presidente deu conhecimento ao Executivo do ofício n.º 73786911, de 16 de abril de 2015, da Procuradoria de Instância Local junto do Tribunal Judicial do Sátão, em que notificam a Câmara Municipal do arquivamento dos autos do Processo de Inquérito n.º 138/12.1GASAT, instaurado na sequência de participação efetuada contra o Município pelo Núcleo de Proteção Ambiental da GNR de Moimenta da Beira relativamente a alegadas irregularidades no âmbito da Rede NATURA decorrente das obras do Parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 - Apreciação e votação dos textos definitivos das atas das reuniões da Câmara Municipal dos dias 17 (ordinária) e 20 (extraordinária) de abril de 2015,** aprovadas e assinadas em minuta nas próprias reuniões. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção da Sr. Liliana Soares por não ter estado presente nas reuniões, aprovar o texto definitivo das atas.-----

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- **Por Empreitada** -----

----- **a) Empreitada de “Infraestruturação e Pavimentação dos Arruamentos I, J, K, L, M, N, O e P em Vila Nova de Paiva”** – Processo n.º 263 – Adjudicatário: EMBEIRAL – Engenharia e Construção S.A. – Apreciação e votação do auto de medição de trabalhos normais n.º 6, no valor, excluído o IVA, de € 48.330,88 – Informação N.º 47-P/15, de 04.05.2015, da Divisão de Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respetivo pagamento.-----

----- **b) Empreitada de “Construção da Circular Urbana Nascente a Vila Nova de Paiva – 1.ª Fase – Troço: Rotunda da Praia/Rotunda do Lar”** – Processo n.º 266 – Adjudicatário: MONTALVIA – Construtora, S.A. – Apreciação e votação do auto de medição de trabalhos normais n.º 3, no valor, excluído o IVA, de € 20.784,50 –

Ata N.º	09/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

Informação N.º 49-P/15, de 07.05.2015, da Divisão de Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU).-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respetivo pagamento.-----

----- **c)** Empreitada de “**Requalificação da EX-EN 323 Vila Nova de Paiva - Alhais**” – Processo N.º 264 – Adjudicatário: – MONTALVIA – Construtora, S.A. - Apreciação e votação do auto de medição de trabalhos normais n.º 3 no valor, excluído o IVA, de € 56.374,00 – Informação n.º 48-P/2015, de 04.05.2015, da Divisão de Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU).-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção do Sr. Vereador Cristovão Ferreira, aprovar o auto e autorizar o respetivo pagamento.-----

----- O Sr. Vereador Cristóvão justificou o voto de abstenção com o facto de os trabalhos não estarem a ter o ritmo desejável, bem como pelo facto de se verificar haver alguma falta de segurança na circulação automóvel. -----

----- **d)** Empreitada de “**Infraestruturação e Pavimentação dos Arruamentos I, J, K, L, M, N, O e P em Vila Nova de Paiva**” – Processo n.º 263 - Adjudicatário: EMBEIRAL – Engenharia e Construção S.A. – Pedido de prorrogação do prazo de execução da obra com apresentação de novo plano de trabalhos – Informação n.º 43-P/15, de 17.04.2015, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a prorrogação graciosa do prazo de execução da obra em quarenta e cinco dias e aprovar o plano de trabalhos revisto em conformidade.-----

----- Mais foi deliberado por unanimidade que a presente prorrogação é única em virtude das regras de financiamento do PO MaisCentro.-----

----- **e)** Empreitada de “**Construção da Circular Urbana Nascente a Vila Nova de Paiva – 1.ª Fase – Troço: Rotunda da Praia/Rotunda do Lar**” – Processo n.º 266 – Adjudicatário: MONTALVIA – Construtora, S.A. – Proposta de redução do prazo de execução da obra passando o seu termo para vinte e três de junho de dois mil e quinze, conforme Informação n.º 50-P/15, de 8 de maio, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU), e apreciação e aprovação do designado “**Mapa de Expropriações**” das vinte parcelas de terreno necessárias à execução da obra elaborado pela DTOU, cujo preço por aquisição por via do direito privado se estima em € 31.877,50 (trinta e um mil, oitocentos e setenta e sete euros e cinquenta cêntimos) conforme Memória Descritiva, à razão de € 2,50 por m2 no caso dos prédios rústicos e de € 10,00 por m2 nos prédios urbanos. -----

----- O Sr. Presidente esclareceu o Executivo sobre a pretensão do adjudicatário de redução de execução do prazo da obra em cerca de um mês, conforme declaração que aquele apresenta, bem como os planos de trabalhos, de mão-de-obra, de equipamentos e de pagamentos de acordo com a antecipação do prazo de execução para vinte e três de junho de 2015.-----

----- O Sr. Presidente, questionado pelo Sr. Vereador Cristóvão Ferreira, informou que a quase totalidade dos proprietários já manifestaram, por escrito, a sua concordância com as áreas a ceder e preços a receber, nalguns casos recebidas tardiamente e daí o envio mais tardio do Mapa à Vereação. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a redução de prazo de execução da obra conforme proposto, e aprovar os planos de trabalhos, de mão-de-obra, de equipamentos e de pagamentos.-----

----- Mais foi deliberado por unanimidade aprovar o “Mapa de Expropriações” e relevar a celebração dos respetivos contratos de compra e venda das parcelas de terreno em virtude de tais terrenos irem integrar o domínio público municipal. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Conhecimento da 4.^a e 5.^a Alterações às Grandes Opções do Plano (GOP) e ao Orçamento para o ano financeiro de 2015** – Aprovadas por Despachos do Sr. Presidente da Câmara datados, respetivamente, de 17 e 29 de abril, no uso de competência delegada. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento.-----

----- **b) Teresa Cristina Morgado Afonso**, trabalhadora com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a categoria de Assistente Técnica, da carreira geral de assistente Técnica – Por requerimento registado em 04 de maio de 2015 adere ao Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Local aprovado pela Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro – Proposta de autorização de rescisão do contrato de trabalho e celebração de acordo de cessação do contrato de trabalho, tendo em vista a extinção do posto de trabalho. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 13 de maio de 2015, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

a) O n.º 5 do art.º 296.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante LTFP) aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, em vigor desde 1 de agosto de 2014, prevê a possibilidade de serem regulamentados programas setoriais de redução de efetivos, por recurso à celebração de acordo de cessação de contrato, mediante portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das

Ata N.º	09/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

finanças e da Administração Pública e do membro do Governo que exerça poderes de tutela.

b) Através da Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro, entrada em vigor em 15 de outubro de 2014, foi regulamentado o programa de redução de efetivos a realizar no âmbito dos órgãos e serviços da administração local, designado por Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Local (doravante Programa).

c) Os trabalhadores interessados que satisfaçam as condições de admissibilidade ao Programa devem apresentar o respetivo requerimento de adesão no período compreendido entre 15 de outubro de 2014 e 30 de junho de 2015.

d) Podem aderir ao Programa todos os trabalhadores da Administração Local que, em 14 de outubro de 2014, não se encontrassem a aguardar decisão de pedido de aposentação ou não se encontrassem numa situação de licença sem remuneração por período igual ou superior a 12 meses, e que reúnam no momento de adesão ao Programa, cumulativamente, as seguintes condições: (i) tenham idade igual ou inferior a 59 anos, (ii) sejam detentores de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e (iii) se encontrem pelo menos a cinco anos de atingir o limite de idade legal para aposentação que em cada caso lhes seja aplicável.

e) Pela rescisão do contrato de trabalho é atribuído aos trabalhadores uma compensação que é aferida pelas condições de remuneração e suplementos remuneratórios reunidas no mês anterior à data de produção de efeitos do acordo de cessação, sendo para o efeito considerada como idade relevante a detida pelo trabalhador à data de entrada do requerimento de adesão, e como tempo de trabalho relevante cada ano completo de antiguidade, independentemente da respetiva modalidade de relação jurídica de emprego público (com exclusão tempo de serviço que já tenha sido objeto de indemnização por cessação do contrato de trabalho), sendo calculado proporcionalmente em caso de fração de ano.

f) A compensação está isenta de contribuições para a Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social, dado não haver direito a prestações por desemprego, pelo facto da celebração do acordo de cessação do vínculo de emprego público por mútuo acordo previsto no artigo 295.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante LTFP) aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, não configurar uma situação de desemprego involuntário caracterizável nos termos do Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas.

g) Há lugar ao pagamento de IRS sobre o valor da diferença entre a compensação calculada nos termos do art.º 4.º da Portaria n.º 209/2014 e a

compensação que o trabalhador receberia caso a regra a aplicar fosse de um salário (remuneração base mais suplementos remuneratórios regulares, se existissem) por cada ano de antiguidade, como resulta da aplicação conjugada da alínea e), do n.º 3, e n.ºs 4 a 7, do artigo 2.º do Código do IRS. A compensação será taxada na totalidade nos casos em que o trabalhador tenha beneficiado de exclusão da tributação por IRS nos últimos 5 anos, ou venha a estabelecer novo vínculo laboral com o Município nos 24 meses seguintes à rescisão do contrato.

h) Não há lugar a desconto para a ADSE sobre o valor da compensação, podendo o trabalhador beneficiário da ADSE optar por manter a qualidade de beneficiário, nos termos das disposições conjugadas da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º e dos n.ºs 5 e 6 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de fevereiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 161/2013, de 22 de novembro, estando dependente do pagamento do mesmo montante que qualquer trabalhador em funções públicas, tendo por referência a remuneração auferida no mês anterior à data de cessação de funções.

i) No mês da cessação do contrato, para além da respetiva remuneração mensal e da compensação a pagar no âmbito do programa de rescisões, são ainda devidos aos trabalhadores os créditos resultantes da cessação do contrato de trabalho previstos no art.º 245.º do Código do Trabalho, por força da remissão operada pela alínea h) do art.º 4.º e n.º 1 do artigo 122.º, ambos da LTFP (remuneração por férias não gozadas e respetivo subsídio de férias).

j) Em conformidade com o art.º 11.º da Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro, conjugado com o n.º 4 do artigo 296.º da LTFP, a aceitação da rescisão impede o trabalhador de constituir nova relação de vinculação, a título de emprego público ou outro, incluindo prestações de serviços com os órgãos e serviços das administrações direta e indireta do Estado, regionais e autárquicas, incluindo as respetivas empresas públicas e entidades públicas empresariais e com quaisquer outros órgãos do Estado ou pessoas coletivas públicas, durante o número de meses igual ao quádruplo do número resultante da divisão do montante da compensação atribuída pelo valor de 30 dias de remuneração base, calculado com aproximação por excesso.

k) Ora por requerimento registado em 4 de maio de 2015 a trabalhadora Sr.ª Teresa Cristina Morgado Afonso aderiu ao Programa.

l) A trabalhadora, nascida a 5 de maio de 1973, é detentora de vínculo de emprego público com o Município conferido por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, estando integrada na carreira geral de assistente

Ata N.º	09/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

técnico, com a categoria de assistente técnico (área de contabilidade e administração), a tempo inteiro, sendo remunerada com base no montante pecuniário entre a 1.ª e a 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório entre o 5 e 7, da respetiva tabela remuneratória única da categoria de assistente técnico, auferindo atualmente uma remuneração base mensal ilíquida no montante de € 762,08 (setecentos e sessenta e dois euros e oito cêntimos), não lhe acrescendo quaisquer suplementos remuneratórios nem lhe sendo aplicáveis quaisquer reduções remuneratórias, ocupando um posto de trabalho no Mapa de Pessoal em vigor afeto à Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU).

m) Conforme processo individual e de acordo com o informado pelos serviços municipais competentes:

- A taxa de bonificação a considerar é de 1,50, face à respetiva idade relevante aferida à data de registo do requerimento de adesão (42 anos);
- O tempo de trabalho relevante corresponde ao período de 15 de maio de 2004 a 19 de novembro de 2006 e de 7 de maio de 2007 a 4 de maio de 2015, o que totaliza 10 anos e 189 dias de antiguidade;

n) A compensação a atribuir, aferida pelas condições remuneratórias que a trabalhadora reúne a 4 de maio de 2015, e calculada de acordo com o estabelecido no art.º 4.º da Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro, é a indicada no quadro seguinte, determinada nos seguintes termos:

Idade relevante (anos)	Tempo de serviço relevante		Taxa de bonificação	Remuneração base	Remuneração base a considerar	Compensação a atribuir (1)
	Anos	Dias				
42	10	189	1,50	€ 762,08	€ 762,08	€ 12.023,34

(1) Compensação = 1,50 x remuneração base x tempo de trabalho relevante
 = 1,50 x € 762,08 x 10,518 = € 12.023,34

Obs.: 189 dias:365 dias = 0,518, que acresce aos 10 anos.

o) A compensação definitiva é aferida pelas condições de remuneração reunidas no mês anterior à data de produção de efeitos do acordo de cessação.

Nesta conformidade, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere, ao abrigo da alínea a) do art.º 7.º da Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro:

1.º) Autorizar a celebração de acordo de cessação do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com a consequente extinção do respetivo posto de trabalho, com atribuição de uma compensação no valor de € 12.023,34 (doze mil e vinte e três euros e trinta e quatro centimos), aferida pelas condições remuneratórias reunidas pelo trabalhador a 4 de maio de 2015, e calculada de acordo com o estabelecido no art.º 4.º da Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro, sendo o valor da compensação definitiva aferido pelas condições de remuneração reunidas no mês anterior à data de produção de efeitos do acordo de cessação, propondo-se que a rescisão produza efeitos a partir de 1 de junho de 2015.

2.º) Aprovar a minuta do acordo de extinção de vínculo de emprego público anexo a celebrar com a trabalhadora.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta de rescisão do contrato da trabalhadora, com efeitos a partir de um de junho de dois mil e quinze. -

----- O Sr. Vereador Cristóvão Ferreira manifestou a sua preocupação relativamente às adesões ao Programa de Rescisões, que devia ser motivo de reflexão. Deseja as maiores felicidades à funcionária. -----

----- **c) Sport Clube Paivense, de Vila Nova de Paiva** – Por ofício registado em 21.04.2015, comunicam que no dia 24 de maio vão organizar um TORNEIO Quadrangular de Juvenis, no qual estará presente uma equipa de França, bem como as Equipas do GD Tondela e Académico de Viseu, e solicitam a cedência do Estádio Municipal da Pedralva e um apoio financeiro. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a cedência do Estádio e a atribuição de um subsídio no montante de mil euros a processar no corrente mês. --

----- **d) Concurso Municipal de Ideias**, promovido pela Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIMVDL) – Atribuição de prémios – Informação N.º 48/USC/GS/15, de 17.04.2015, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de prémios monetários no âmbito do referido concurso, nos montantes de cento e cinquenta euros para o primeiro lugar, cem euros para o segundo lugar e cinquenta euros para o terceiro lugar.-----

----- **e) Projeto de Regulamento de Incentivo à Natalidade do Município de Vila Nova de Paiva** – Apreciação e votação – Informação n.º 34-USC-15, de 21.04.2015, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Em face das informações prestadas pelo Chefe da DAF verbalmente e por escrito hoje e atento à entrada em vigor do novo Código do Procedimento Administrativo, retire-se da ordem de trabalhos o projeto de

Ata N.º	09/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

regulamento devendo os Serviços da DAF em colaboração com a USC apresentar proposta de acordo com o diploma legal em próxima reunião de Câmara Municipal. ---

----- **f) Clube Desportivo de Caça e Pesca de Vila Nova de Paiva** – Por ofício de 13 de Abril de 2015, informam da realização do XX Passeio Todo o Terreno “O Malhadinhas” que terá lugar no dia 17 de Maio de 2015, e solicitam apoio financeiro para a realização do evento. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de dois mil euros a processar no corrente mês.-----

----- **g) Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntário de Vila Nova de Paiva** – Por ofício registado em 15.04.2015, informam da realização do IV Passeio de Motorizadas até 50 cc, a realizar no próximo dia 21 de Junho de 2015, e solicitam uma carrinha de apoio ao evento e um apoio financeiro para a realização do evento. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por autorizar a cedência de viatura e autorizar a atribuição de um subsídio no montante de quatrocentos euros, a pagar no próximo mês de junho. -----

----- **h) Contas de 2014** – Conhecimento da **Certificação Legal de Contas e do Parecer do Auditor Externo** do Município, firma Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda, datados de 22 de abril de 2015, e que foram presentes à sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 30 de abril de 2015 – Conhecimento do **Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria** de 22 de abril de 2015 da mesma SROC.

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento dos documentos referidos, de que recebeu oportunamente exemplares. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram doze horas e trinta minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei. -----